

***Movimentos sociais e institucionalidade: dialética entre o âmbito do instituído e do instituinte e o locus de criação de novas experiências democráticas***

Felipe Nogueira Alves da Silva (Mestrando em Ciências Sociais -  
PGCS – UFES)

É vasta a literatura dentro da Ciência Política, como também nas demais áreas das Ciências Sociais, que tem por objeto o estudo dos movimentos sociais. Das inúmeras questões e desdobramentos que tal tema desperta em seus interlocutores, intérpretes e analistas, de fato a relação desses movimentos com o poder instituído é assunto recorrente. No que tange, em específico, à relação com a democracia os movimentos sociais estabelecem uma dinâmica que se expressa em duas direções, quis sejam o âmbito do institucional, ou instituído e o âmbito do instituinte, ou fora das esferas ligadas vinculada às instituições.

Este trabalho propõe uma análise da atuação dos movimentos sociais e as consequências que tais atos têm tanto no contexto das instituições, como nos cenários em que as relações políticas e sociais não passem ou dependam diretamente de uma construção institucional formalizada para acontecerem.

**O “instituinte” e o “instituído”**

Para discorrer acerca da dialética existente entre a atuação dos movimentos sociais nos contextos de dentro e fora da institucionalidade, inicia-se esta análise tomando a nomenclatura utilizada por Breno Bringel<sup>1</sup> e Enara Echart<sup>2</sup> no trabalho *MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: os dois lados das “fronteiras”*, publicado no volume 21, nº 54 da *Revista quadrimestral de Ciências Sociais da UFBA- Caderno CRH* de 2008. Na referida obra os autores lançam mão dos termos “instituído” e “instituinte” para caracterizarem o fora e dentro da institucionalidade, respectivamente. Tais definições se farão úteis para a compreensão da abordagem aqui proposta.

Na citada obra os autores abordam “o olhar da ciência”, “o Estado –Nação” , “a institucionalidade” e “o momento histórico”, como fronteiras que limitam as possibilidades de

---

<sup>1</sup> Pesquisador do Departamento de Ciência Política III e do Grupo de Estudos Contemporâneos da América Latina da Universidade Complutense de Madri - Espanha. Facultad de Ciencias Políticas y Sociología.;

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela Universidade Complutense de Madri. Professora e Pesquisadora do Instituto Universitario de Desenvolvimento e Cooperación (IUDC) da Universidad Complutense de Madrid. Instituto Universitario de Desarrollo Cooperación

interpretação das relações entre os movimentos sociais e a democracia. Temas que abordados somente sob um prisma, sem atentar-se para os múltiplos vieses de análise que o envolvem, teriam por consequência um estudo incompleto e pouco elucidativo sobre os movimentos sociais e a democracia.

Atendo-se à chamada “fronteira da institucionalidade”, tema do presente trabalho, Bringel e Echart falam da análise dos movimentos sociais e da criação de experiências democráticas pelos mesmos considerando o âmbito das instituições e os contextos fora delas:

Na sua relação com a democracia, os movimentos sociais respondem a uma dinâmica complementar, de dupla direção: a dialética entre o âmbito do *instituído* e o âmbito do *instituinte*. No âmbito do *instituído*, o eixo analítico central é o impacto da atuação dos movimentos sociais nas “democracias realmente existentes” [...] no âmbito do *instituinte*, o eixo fundamental constitui-se no potencial de criação de novas experiências democráticas, que vão além do âmbito do instituído [...] A fronteira da institucionalidade está ligada aos diferentes *locus* de enunciação e de criação de novas experiências democráticas. Ainda que, em muitos casos, seja difícil traçar uma divisão rígida entre o instituído e o instituinte, é fundamental considerar a democracia para além da esfera vinculada às instituições, a um regime político liberal, baseado na realização de eleições livres, na concorrência entre partidos, etc. A democracia significa também a possibilidade de criar novas determinações, através de um imaginário criador, instituinte. (Bringel e Echart, 2008, p.465)

A partir da exposição dos autores percebe-se que os avanços e conquistas em termos de democratização não podem ser apreendidos, quando analisada a atuação dos movimentos sociais, como sendo fenômenos exclusivos da esfera política, como por exemplo o incremento à solidez de instituições públicas e ou à realização de pleitos eleitorais que proporcionem da vez mais transparência e instrumentalidade ao escrutínio. Tais ações são de fato necessárias à promoção da democracia, contudo não detêm a exclusividade nem se fazem absolutos para a democratização, que, na visão dos referidos autores, significa também a busca da igualdade nos grupos de status, um processo imbuído nas relações sociais, nas ações coletivas e na cultura política (Bringel e Echart, 2008).

### **As escolas européia e norte-americana**

Citando Charles Tilly em suas obras *Contention and Democracy in Europe, 1650-2000* (2004), *Trust and Rule* (2005) e, a mais recente, *Democracy* (2007) Bringel e Echart expõem que esse autor conclui acerca dos movimentos sociais e a democracia, que as ações dos movimentos sociais favoreceram historicamente, tanto em termos quantitativos como qualitativos, os processos de democratização e vão além expondo que Tilly vê que não há

condições unidirecionais na ações dos movimentos sociais que contribuem para a democratização e que esse processo dependeria de múltiplas e amplas tensões e alianças dos movimentos com as elites e demais atores políticos (2008, p. 466). Assim fazem os autores para expor uma tendência da escola norte-americana que, tendo Tilly como um de seus nomes mais proeminentes, impõe um enfoque mais “insitucionalista” ao estudo de movimentos sociais e democratização.

Diferente do “caráter institucional” dos americanos Bringel e Echart apresentam um vié diferente por parte dos estudiosos europeus acerca dos movimentos sociais e democracia, os quais transitariam explicações de caráter mais “autonomista”, revisando o marxismo e buscando explicações de cunho mais conjuntural, localizadas tanto no âmbito político quanto nos microprocessos da vida quotidiana. Sobre a forma e de discussão sobre democracia e democratização e as diferenças entre norte-americanos e europeus os autores usam o exemplo de Touraine:

Se Tilly se preocupa com uma análise mais macro, de cunho histórico-sociológico, buscando os motivos pelos quais os atores sociais se mobilizam, as alianças tecidas e seus impactos nos sistemas políticos, Touraine lança um enfoque mais endógeno, buscando entender a dinâmica de um determinado processo social que conta com a presença dos movimentos. Enquanto Tilly está mais preocupado em avaliar como a atuação dos movimentos sociais contribui para a democratização política (e vice-versa), Touraine prefere analisar a democratização social a partir da ação dos movimentos sociais. (Bringel e Echart, 2008, p. 466)

E ainda citando Touraine os autores prosseguem para bem definir as características pelas quais a escola europeia entende a atuação dos movimentos sociais e o desenvolvimento da democracia:

Para Touraine, o sujeito e a democracia são forças inseparáveis de mediação na sociedade, e os movimentos sociais têm um papel central na construção democrática, através da defesa de seus interesses coletivos, mas isso vai além das mobilizações coletivas de atores sociais, já que são expressões de poder dentro da sociedade civil. Para Touraine (1997), o social não pode estar subordinado ao político na aspiração do aprofundamento democrático, já que, quanto mais um poder político domina um movimento social, mais difícil é o caminho da construção de uma sociedade democrática. (Bringel e Echart, 2008, p. 466)

Ainda que pesem a pertinência e a relevância do comparativo feito por Bringel e Echart das distintas formas de abordagem de autores e escolas e o peso dos teóricos por eles citados, não

há, no entendimento defendido neste trabalho, razões para se filiar exclusivamente, ou se abandonar radicalmente uns em detrimento de outros.

### **A dualidade de *locus* e a realização dos movimentos sociais nos dois âmbitos**

Assim se aduz considerando que os movimentos sociais, na busca pela democratização, dispõem de uma dualidade de *locus* para a realização desse intento, a qual se dá de forma alternada ou simultânea dentro das instituições e fora delas e ainda que se parta de uma visão mais ou menos institucionalista, o privilégio na observação de um contexto não exclui o outro.

O que deve se ter em voga é que conquistas democráticas não se dão somente a partir dos poderes instituídos, em situações nas quais os movimentos sócias se fazem representar nas casas legislativas, tendo suas demandas positivadas em normas, fazendo de um reclame um texto normativo. Também há conquista e construção de democracia nos embates e tensões que se possa estabelecer entre os movimentos sociais e o poder instituído.

Tais tensões se dariam, entre outras razões, pela existência de um déficit entre as demandas da sociedade civil e dos movimentos sociais nela presentes por democratização e a representação política de fato exercida pelos líderes instituídos. Acerca desse déficit expõem Bringel e Echart:

Vários estudos da ciência política contemporânea vêm insistindo sobre os déficits da representação política, na distância entre representantes e representados, na criação de mecanismos para suprir ou harmonizar essa convivência, por exemplo, a partir do controle dos representantes. (Bringel e Echart, 2008, p. 467)

Tal consideração se dá a partir de um visão alocada no “instituído”, o que se modificaria caso se considere o *locus* do “instituinte”. Desta forma a noção de representação política se faz ampliada, extrapolando as chamadas “representação de espaço” (Bringel e Echart, 2008), as quais se referem a espaços concebidos a partir de códigos e saberes técnicos.

Aquilo que nas “representações de espaço” sofreria com um distanciamento e até um desvirtuamento ou uma deturpação da originalidade da demanda por democracia e da luta social, haja vista a lacuna existente entre representados e representantes instituídos, teria uma

nova face, pois se submeteria a uma representação menos formal, mais dinâmica e simbólica, e, por conseguinte, mais aproximada da demanda social original.

O que a representação fora do âmbito do instituído vem demonstrar é a força dos movimentos sociais enquanto agente da democracia e como tal força e a consequente eficácia está ligada a forma de proceder do movimento nos contextos fora das instituições. Isto se representa por ações além da formulação de petições endereçadas a governantes ou instituições Estado. Se representa, essencialmente, pela criação de novos espaços de democracia. Espaços nos quais se promove o ensino e o aprendizado dialógico das intenções e pautas do movimento, reforçando a cultura reivindicatória e o espírito de luta.

Isto ocorre nos hiatos entre os atos públicos de reivindicação e nos momentos em que o movimento recolhe-se a seu âmbito interno para que possa se rediscutir e se reinventar a partir de suas demandas e das oposições que lhe são postas, seja pelo Estado, seja pela própria sociedade civil. É o momento e o contexto no qual se trabalhariam as consciências.

Sidney Tarrow, em seu “O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político”, ao abordar o confronto político e os movimentos sociais, toma como explicação exemplo de Gramsci e a hegemonia cultural:

Quando a revolução de 1917 não conseguiu se expandir para o Ocidente, marxistas adeptos do leninismo, como Antonio Gramsci, deram-se conta de que, ao menos nas condições do Ocidente, a organização não seria suficiente para gerar uma revolução. Para Gramsci, seria necessário desenvolver a própria consciência dos trabalhadores. Ele concebia, portanto, o movimento dos trabalhadores como um intelectual coletivo que teria como uma de suas principais tarefas criar uma cultura da classe trabalhadora. (Tarrow, 2009, p.30)

Ainda tomando as ações de Gramsci na Itália do início do século XX em relação à revolução russa e a sua possível expansão Tarrow prossegue:

A solução de Gramsci para a hegemonia cultural da burguesia era produzir entre os trabalhadores um consenso em torno do partido, dar-lhes capacidade para tomar iniciativas autônomas e construir pontes entre eles e outras formações sociais. O processo seria longo e lento, exigindo que o partido agisse dentro das trincheiras e fortificações da sociedade burguesa, obtivesse adeptos entre grupos não-operários e aprendesse a lidar com instituições culturais como a Igreja. (Tarrow, 2009, p.30)

Se aquele partido comunista italiano for pensado como um movimento social e se pudermos visualizar a busca para a viabilização da expansão das ideias revolucionárias comunistas de

1917 como demandas de democracia em um outro contexto, temos aí um exemplo de atuação no âmbito do instituinte para o fortalecimento de um movimento.

A atuação na construção de uma cultura pela propagação de ideais e a discussão de demandas e aspirações, seja internamente no movimento, seja em expressões de cunho cultural que tenham por objetivo, ou mesmo por consequência, estabelecer diálogos com outros grupo ou seguimentos da sociedade civil, é a forma de se ampliar um espaço participativo, pois de tais inter-relações podem surgir discussão de temas relacionados a democracia que não teriam espaço ou interesse de discussão dentro da sociedade civil, seja por inércia desta em relação ao fato, seja por eventual supressão do Estado.

As discussões, debates, manifestações artísticas e culturais ou quaisquer outras formas exteriorização das ações de um movimento representam a ampliação do espaço de deliberações acerca da democracia, ainda que não se deva, necessariamente, ter-se a conclusão ou a concretização de uma pauta de movimento.

A criação, por parte de um movimento social, de espaço próprio e alternativo para exercício da democracia, como simpósios, encontros, reuniões, são essenciais para o êxito e fortalecimento das frentes do movimento, inclusive quando esse se fizer atuar junto às instituições do Estado. E com a dinamização da comunicação com o advento da Internet e das redes sociais, a ampliação do debate democrático no âmbito do instituinte pode ganhar dimensões globais em um curto espaço de tempo, o que conferiria ainda mais robustez, por trazer visibilidade, e daria ainda melhores condições para o sucesso das reivindicações de um movimento.

Doug McAdam, Sidney Tarrow e Charles Tilly expõe acerca do movimento social:

Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo injustamente prejudicada ou ameaçada por isso. Precisamente porque o confronto político constitui um terreno analítico contínuo com nada mais do que fronteiras fluidas, qualquer definição de movimento social provocará objeções imediatas de estudiosos de áreas adjacentes que se concentram nas suas semelhanças; (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009, p.21)

Ainda que os autores exponham e considerem a possível controvérsia de que é passível a conceituação de movimento social, vale pôr em relevo o que expõem sobre confronto político

e a fluidez de suas fronteiras e o caráter de continuidade do desafio entre poderosos e dos desprovidos de poder.

Sendo o confronto político algo perene, no sentido de que os detentores do poder encaram continuamente o desafio de se depararem com contestações e reivindicações representantes dos sem-poder para que diminuam ou cessem os aviltamentos em relação a esses prejudicados e os movimentos sociais serem, por sua natureza, uma ação de definições difícil haja vista a fragilidade de sua delimitação, emerge a ideia de que a eficácia do movimento pode calcar-se, e com sucesso, em ações que não se resumam ao âmbito do instituído.

Isso se dá considerando que a força opressiva dos detentores do poder pode mitigar ou impedir o acesso do movimento aos canais institucionais, ou mesmo o movimento pode se deparar com uma fluidez interna que impeça uma coesão e enfraqueça sua estrutura, prejudicando sua ação enquanto membro reivindicador e demandante por democracia. Operando as demandas democráticas em espaços que não os canais institucionais e fortalecendo internamente a identidade de grupo de seus membros, o movimento social poderia ter tais questões diminuídas.

Tomando como exemplo os movimentos nacionais do século XIX, McAdam, Tarrow e Tilly expõem:

Os participantes de movimentos nacionais fazem reivindicações às autoridades, mas também afirmam suas próprias identidades – ou as das populações em nome das quais dizem falar – como atores dignos, significativos e solidários. De fato, a efetividade dos movimentos sociais em demonstrar a presença de – e formar identidades coletivas para – atores sociais negligenciados ajuda a compensar sua notória ineficiência como maneira de promover programas e reivindicações específicas. Afinal, historicamente, matar o coletor de impostos acaba com a coleta de um imposto odiado de forma mais imediata e definitiva do que escrever petições com o mesmo objetivo. A confiança nas estratégias de um movimento social implica confiar que a ação basicamente não-violenta e cumulativa fará afinal diferença política. (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009, p.22)

Considerando o que sustentam os autores fica evidenciada a força da afirmação identitária e da formação de confiança enquanto meios agregadores e fortalecedores de um movimento que se depara com dificuldades em se expor e impor diante de instituições políticas, além de serem as formações de demandas no âmbito do instituinte uma forma de viabilizar a força organizativa do movimento e prepará-lo para o papel que se pretende diante das instituições com que se confronta e busca mudanças ou modificações.

Nesse sentido os referidos autores ainda expõem:

Tal como o confronto coletivo em geral, as ações dos movimentos sociais assumem a forma de repertórios: números limitados de desempenhos alternativos historicamente estabelecidos ligando reivindicadores a objetos de reivindicação (Tilly, 1978 e McAdam, 1983). Grandes desempenhos incluíram a criação de associações ou partidos de interesse especial, reuniões públicas, demonstrações, passeatas, campanhas eleitorais, empenho para fazer petições, pressão, ocupação forçada de terras e edificações, programas de publicações, formação de instituições de serviço público e construção de barricadas (Traugott, 1995). Atualmente, os ativistas de movimentos sociais podem criar também *hotlines*, aparecer em programas de televisão e organizar fóruns de correio eletrônico – frequentemente ultrapassando fronteiras nacionais. (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009, p.24)

A constituição dos repertórios expõe a necessidade e a relevância das construções dos movimentos sociais no âmbito instituinte para a sua configuração e eficiência enquanto ente demandante por democratização e a viabilização de fazê-lo com eficácia.

Bem concluem Bringel e Echart sobre a importância da análise dos dois âmbitos e não só o institucional para a boa compreensão da atuação dos movimentos sociais enquanto entes produtores e promotores de democratização:

Em suma, a democracia e os movimentos sociais, analisados da perspectiva da institucionalidade, respondem tanto a uma dinâmica “externa” (que inclui as reivindicações de uma democracia mais social e participativa, vinculadas às práticas institucionais), como “interna” (por cultivarem práticas democráticas vinculadas às sociabilidades e espacialidades). Desse modo, a democracia aparece tanto como pano de fundo das lutas sociais, como também como práticas significantes no plano normativo sobre o que significa a democracia, utilizando, em alguns casos, as próprias práticas do movimento ou, pelo menos, um horizonte de construção dessas práticas. (Bringel e Echart, 2008, p.469)

A demanda por democracia pelos movimentos sociais não pode ser resumida ao âmbito institucional, já que o fortalecimento dos movimentos se confere com grande importância nos espaços ampliados em que seus membros operam discussões, enriquecem o debate e afirmam suas identidades.

Dispondo-se a integrar-se à sociedade e às matrizes de suas reivindicações, além de se afastar do risco que a institucionalização traz enquanto deturpadora e abafadora de demandas, haja vista as deformações e distorções que eivam o mundo prático das instituições políticas e sobretudo seus membros representativos, os movimentos sociais incumbem-se de construir



uma democracia mais atenta às questões sociais e menos apegada ao cunho liberal que as instituições cumprem, muitas vezes, em reproduzir do Estado. Um movimento que se desenvolve no âmbito do instituinte, com a mesma disposição que o faz n instituído, serve à possibilidade de se fazer mais fiel a seus representados e mais forte como representação.

**Referências:**

BRINGEL, Breno, ECHART, Enara. *Movimento Socialse Democracia: os dois lados das fronteiras*, Caderno CRH, v. 21, n.º 54, Salvador, 2008

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney e TILLY, Charles. *Para mapear o confronto político*. São Paulo, Lua Nova, 2009

TARROW, Sidney, [1998], *O Poder em Movimento: Movimentos Sociais e confronto político*, Petrópolis, Editora Vozes, 2009

TILLY, Charles, *Movimentos sociais como política*. RBCP, n.3, Brasília, 2010